



A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO EM ANÁPOLIS/GO (1926-1929)

Sandra Elaine Aires de Abreu¹
Wenceslau Gonçalves Neto²

Resumo

O processo de avaliação da aprendizagem no Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado (atual Colégio Estadual Antensina Santana), de Anápolis-GO, no período de 1926 a 1929, foi normatizado pelo Regulamento de instrução primária, de 27 de janeiro de 1900 e pela Lei n. 613, de 02 de agosto de 1918, do estado de Goiás. Na referida legislação chama a atenção inicialmente a ausência do termo “avaliação” ou “avaliação da aprendizagem” em seu conteúdo. No entanto, isso não significa que o processo de avaliação da aprendizagem não existisse. Nestes termos, a questão central e o objetivo desta pesquisa foram descrever e analisar o processo de avaliação da aprendizagem do grupo escolar Dr. Brasil Caiado entre os anos de 1926 e 1929. A delimitação do período justifica-se pelo fato da primeira data ser o ano de fundação da unidade de ensino e 1929 o último ano em que o Regulamento de 1918 esteve em vigência, uma vez que a partir de 1930 passa a vigorar novo regulamento de instrução, que altera as disposições regulamentares do ensino em Goiás. Foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a análise documental, privilegiando a legislação e os livros de atas dos exames do grupo escolar. Os mecanismos de avaliação da aprendizagem nos grupos escolares em Goiás davam-se pelo cômputo das faltas às aulas, análise da disciplina (aqui entendida como comportamento e aplicação) e os exames (de promoção e final) que definiam os aprovados e os reprovados. O fracasso escolar era marcante na unidade de ensino, no período estudado.

Palavras-chave: Grupo escolar. Avaliação da aprendizagem. Anápolis.

THE LEARNING EVALUATION AT THE DR. BRASIL CAIADO PRIMARY SCHOOL IN ANÁPOLIS/GO (1926-1929)

Abstract

The learning evaluation process at the Dr. Brasil Caiado Primary School (current Antensina Santana State School), from Anápolis-GO, from 1926 to 1929, was regulated by the Primary Education Regulation, of January 27 of 1900 and by Law n. 613, dated August 2 of 1918, from the state of Goiás. This legislation initially draws attention to the absence of the term "evaluation" or "learning evaluation" in its content. However, it doesn't mean that the learning evaluation process didn't exist. In these terms, the central question and the objective of this research were to describe and analyze the learning evaluation process of the Dr. Brazil Caiado Primary School from 1926 to 1929. The delimitation of the period is justified by the fact that the first date is the year of foundation of the educational unit and 1929 the last year of the Regulation of 1918 validity, once the new instruction regulation date 1930, changing



the regulatory dispositions of the education in Goiás. Were used the bibliographic research and documentary analysis, privileging the legislation and the Book of Minutes of the examinations of the Primary School. The mechanisms of the learning evaluation at the Primary School in Goiás, were based on the computation of absences to classes, analysis of the discipline (here understood as behavior and application) and the exams (of promotion and final) that defined the approved and disapproved. School failure was significant in the unit of education during the study period.

Keywords: Primary school. Learning evaluation. Anápolis.

LA EVALUACIÓN DEL APRENDIZAJE EN EL GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO EN ANÁPOLIS/GO (1926-1929)

Resumen

El proceso de evaluación del aprendizaje en el Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado (actual Colegio Estadual Antensina Santana), de Anápolis-GO, en el período de 1926 a 1929, fue normatizado por el Reglamento de instrucción primaria, del 27 de enero de 1900 y por la Ley 613, del 2 de agosto de 1918, del estado de Goiás. En la referida legislación llama la atención inicialmente la ausencia del término "evaluación" o "evaluación del aprendizaje" en su contenido. Sin embargo, esto no significa que el proceso de evaluación del aprendizaje no existiera. En estos términos, la cuestión central y el objetivo de esta investigación fueron describir y analizar el proceso de evaluación del aprendizaje del grupo escolar Dr. Brasil Caiado entre los años de 1926 y 1929. La delimitación del período se justifica por el hecho de la primera fecha ser el año de fundación de la unidad de enseñanza y 1929 el último año en que el Reglamento de 1918 estuvo en vigencia, ya que a partir de 1930 pasa a regir un nuevo reglamento de instrucción, que altera las disposiciones reglamentarias de la enseñanza en Goiás. Fueron utilizados la investigación bibliográfica y el análisis documental, privilegiando la legislación y los libros de actas de los exámenes del grupo escolar. Los mecanismos de evaluación del aprendizaje en los grupos escolares en Goiás se daban por el cómputo de las faltas a las clases, análisis de la disciplina (aquí entendida como comportamiento y aplicación) y los exámenes (de promoción y final) que definían los aprobados y los reprobados. El fracaso escolar era grande en la unidad de enseñanza, en el período estudiado.

Palabras clave: Grupo Escolar. Evaluación del Aprendizaje. Anápolis.

INTRODUÇÃO

A escola primária teve uma nova organização com as escolas graduadas, que se tornou o modelo educativo-cultural em circulação ao longo do século XIX em vários países (França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos). Instaladas no Brasil sob o nome de grupos



escolares, a partir da reforma educacional paulista que se inicia em 1890, resguardadas as peculiaridades locais, em poucas décadas também foi o formato adotado em todos os estados brasileiros e por mais ou menos sete décadas constituiu no modelo preponderante de escola primária no Brasil. (SOUZA, 1998). A implantação dos grupos escolares no país foi um dos aspectos do projeto republicano de modernização da nação e civilização das massas. E a escola primária tornou-se um instrumento de divulgação dos valores republicanos.

A chegada dos grupos escolares inaugurou uma nova fase na educação pública do Estado de Goiás. O primeiro grupo escolar do Estado foi instalado em sua capital (cidade de Goiás) no dia 28 de janeiro de 1919. Mas, somente em 1925, por meio do decreto n. 8.538 de 12 de fevereiro, que o governo regulamentou a organização dos grupos escolares em Goiás. (GONÇALVES, 2006).

No interior do estado a difusão dos grupos escolares deu-se de forma lenta. Esse movimento só deslanchou no pós-1945. Após a inauguração do primeiro grupo escolar na capital goiana, somente em 1921 uma lei autorizou a abertura de cinco novos grupos, que começaram a ser implantados a partir de 1923. Entre estes destacamos a criação do grupo escolar Dr. Brasil Caiado em Anápolis.

O grupo escolar “Dr. Brasil Caiado” foi a primeira unidade de ensino desta natureza na cidade de Anápolis/GO. Ao longo de sua trajetória, recebeu várias denominações. Foi inaugurado com o nome de Grupo Escolar “Dr. Brasil Caiado” (1926), uma homenagem ao Presidente do Estado de Goiás em exercício durante o processo de criação e inauguração do Grupo. Em 1930, a unidade de ensino foi denominada Grupo Escolar “24 de Outubro”, como homenagem à data da vitória da Aliança Liberal. Em 1949, passou a ser denominado de grupo escolar Antensina Santana; em 1978, Escola Estadual de 1º grau Antensina Santana; e, na década de 1980, Colégio Estadual Antensina Santana (nome atual). (ABREU, 2013).

O processo de avaliação da aprendizagem no Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado no período de 1926 e 1929, foi normatizada pelo Regulamento de instrução primária, de 27 de janeiro de 1900 e pela Lei n. 613, de 02 de agosto de 1918, que organiza o ensino primário, ambos do estado de Goiás. A referida legislação é marcada pela ausência do termo “avaliação” ou “avaliação da aprendizagem”. No entanto, isso não significa que o processo de avaliação da aprendizagem não existisse. Ao contrário, os mecanismos de avaliação estavam descritos na legislação.

Nestes termos, a questão central que estabelecemos como objetivo foi analisar o processo de avaliação da aprendizagem do grupo escolar Dr. Brasil Caiado entre 1926 e 1929.

A delimitação do período histórico justifica-se pelo fato da primeira data ser o ano de fundação da unidade de ensino e 1929 porque a partir de 1930 passa a vigorar novo regulamento de instrução, o Decreto n. 10.640, de 10 de Fevereiro de 1930, que altera as



disposições regulamentares do ensino em Goiás. Para o desenvolvimento da investigação foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

FREQUÊNCIA E DISCIPLINA (COMPORTAMENTO E APLICAÇÃO) COMO MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

A frequência tem relação estreita com o tempo escolar. Segundo Viñao Frago (2000), os tempos e espaços escolares não são neutros. Sempre se aprende em lugares e tempos concretos. Esses tempos e lugares são determinados e determinam os modos de ensinar e aprender.

No contexto da arquitetura temporal a frequência era um importante componente da avaliação escolar, valorizando-se a frequência dos alunos às aulas. Este aspecto é reafirmado em vários artigos dos regulamentos de instrução em Goiás, advertindo-se que a assiduidade deveria ser cuidadosamente acompanhada durante todo o ano letivo. O aluno que tivesse número de faltas acima do permitido, seria eliminado, ou seja, tinha a matrícula cancelada, o que reforça o destaque à frequência como componente avaliativo.

A importância conferida à frequência para a aprovação ou reprovação demonstra que não bastava o domínio das lições ensinadas, era preciso uma adequação às normas e condutas escolares que estavam sendo criadas para aquele tipo de escola, o grupo escolar.

De acordo com o Art. 29 do Regulamento de 1900 (GOIÁS, 2012b), os alunos deveriam ser pontuais às aulas e justificar as faltas. E o Art. 30, estabelecia que os professores deveriam computar as faltas por meio da chamada no início dos dois períodos de trabalho, uma vez que as aulas funcionavam das 9:00 às 12:00 e das 13:00 às 15:00 horas. Conforme a quantidade de faltas, pelo art. 33 (GOIÁS, 2012b), os alunos estavam sujeitos às seguintes “penas”:

a) admoestação particular; b) más notas nos boletins mensais; c) retirada das boas notas; d) reclusão na escola por espaço nunca superior a meia hora, depois de terminados os trabalhos diários; e) exclusão do Quadro de Honra; f) exclusão de prêmios escolares; g) reprovação nos exames; i) aviso do professor aos pais, tutores, etc; j) expulsão. § Único. A aplicação de tais penas devera ser feita com a máxima prudência e moderação pelos professores, enquanto a última só o Delegado Litterario cabe applical-a.

De acordo com Lei n. 613, de 02 de agosto de 1918, Art. 60 (GOIÁS, 2012a), as faltas dos alunos seriam justificadas pelos pais ou tutores, entretanto, os que tivessem 20 faltas seguidas ou 50 faltas durante o ano não poderiam prestar os exames. Os alunos com 50 faltas durante o ano, além de não poderem prestar o exame, tinham as suas matrículas excluídas (canceladas) e os alunos com 20 faltas seguidas, mediante justificativas, não teriam a matrícula cancelada.

Na documentação trabalhada não há referência a número anual de dias letivos legalmente instituído. Para o cálculo dos dias letivos de cada ano apresentados no Quadro I, foram utilizadas as datas iniciais e finais dos anos letivos no grupo escolar, verificando a ocorrência dos feriados móveis e fixos e os períodos de férias. Considerando que foram 178 dias letivos no ano de 1926, 194 em 1927, e 195 em 1928 e 1929 e que o aluno podia ter no máximo 50 faltas no ano, podemos concluir que o percentual médio de faltas admitido pelo estado de Goiás, no período em foco, variou entre 25% e 28%.

Quadro 1- Dias letivos por mês nos anos de 1926 a 1929

Meses	1926	1927	1928	1929
Março	10	22	22	17
Abril	20	19	19	22
Maió	21	22	22	22
Junho	14	14	14	14
Julho	22	21	21	23
Agosto	21	23	23	22
Setembro	19	21	20	21
Outubro	20	21	23	23
Novembro	20	20	21	22
Dezembro	11	11	10	09
TOTAL	178	194	195	195

Fonte: Grupo Escolar, 1926-1931.

A disciplina era observada constantemente, constituindo-se em elemento fundamental no processo avaliativo. A conduta dos estudantes era prescrita pelo Regulamento de 1900 (GOIÁS, 2012b), cujo Art. 29 dizia que os alunos deveriam: “a) se apresentar na escola em estado de perfeito asseio; b) obedecer os conselhos de seus professores; c) tratar com urbanidade os seus colegas; [...] f) prestar atenção às lições e exercícios; g) não dannificar objectos escolares”.

Esse Regulamento (GOIÁS, 2012b) estabelecia que a disciplina escolar, seja a convencional, seja a de estímulo, dependia essencialmente do critério do professor (Art.31). E permitia o castigo bem como o premio como meios disciplinares (Art.32). Entretanto, era proibido o castigo corporal (Art.34). O professor não poderia impor penas aos alunos baseando-se na declaração de colegas, mas, ao contrário, deveria repreender em comunidade o aluno delator (Art.35).

Eram considerados prêmios: “a) a passagem do alunno de logar inferior para superior, na mesma classe; b) elogio perante a classe; c) o elogio solene perante as classes reunidas, feito pelo Delegado Litterario; d) a inclusão do nome do aluno no Quadro de Honra; e) o louvor no boletim mensal.” (GOIÁS, 2012b, art. 36).



Segundo as prescrições legais o aluno era avaliado continuamente pelo seu bom ou mau comportamento. A partir da “boa” conduta e aproveitamento ele era designado para a realização dos exames de suficiência ou promoção e finais.

OS EXAMES

Os exames, segundo o Regulamento de 1900, deveriam acontecer no primeiro dia útil de dezembro (GOIÁS, 2012b, art. 48) e durariam quantos dias fossem necessários. (GOIÁS, 2012b, art. 49). Eram prestados perante uma comissão composta por três membros, presidida pelo Delegado Literário, em sua falta, substituído pelo Intendente e os examinadores seriam: o professor da cadeira e uma pessoa qualificada convidada pelo presidente da comissão. (GOIÁS, 2012b, art. 50).

Com a lei n. 631, de 2 de agosto de 1918 (GOIÁS, 2012a), houve algumas alterações em relação aos exames no que se refere à composição das bancas examinadoras, que passaram a ser denominadas de “juntas examinadoras”. Apesar de continuar sendo compostas por três membros, o professor da classe passou a ser o presidente e o responsável por fazer o relatório sobre o aproveitamento dos alunos que seria enviado ao Secretário do Interior. (GOIÁS, 2012a, art. 55). Os membros da junta examinadora eram designados na Capital do Estado pelo Secretário do Interior; nas cidades, vilas e distritos pelos inspetores escolares, dentre as pessoas de mais idoneidade e competência. (GOIÁS, 2012a, art. 56).

Ao que tudo indica, o grupo Escolar Dr. Brasil Caiado criou critérios próprios para a composição da junta examinadora, descumprindo parcialmente as determinações acima, da Lei n. 631, desde o ano de 1926. Nos anos de 1926, 1927, 1928 e 1929, nos exames de promoção dos alunos do 1º, 2º e 3º anos, a comissão examinadora foi composta por três membros: o diretor e duas professoras examinadoras. Nos anos de 1927, 1928 e 1929, para o exame final dos alunos do 4º ano, a comissão foi composta por quatro membros, o diretor, o inspetor de ensino, um examinador e a professora da turma, à exceção do ano de 1929, que não teve a participação do inspetor de ensino.

O Regulamento de 1900 (GOIÁS, 2012b) estabelecia dois tipos de exames: o de suficiência e o final (Art. 48). Prestavam exame de suficiência os alunos do 1º, 2º e 3º ano e o exame final os alunos do 4º ano. (GOIÁS, 2012b, art. 57). O exame de suficiência era relativo ao conteúdo aprendido no ano letivo e o exame final ao conteúdo do ensino primário (GOIÁS, 2012b, Art. 48, parágrafo único). O exame de suficiência era de passagem de um ano para o outro e constava de uma prova oral sobre as matérias lecionadas, nas respectivas classes, durante o ano. (GOIÁS, 2012b, art. 51). O exame final era constituído por duas provas: uma escrita e outra oral. A prova escrita era composta de duas partes, um ditado de 10 a 12 linhas, de um livro adotado na escola para leitura corrente e outra de uma conta passada pela comissão sobre operações fundamentais. A prova oral consistia de uma



arguição sobre as matérias que compunham o ensino primário. (GOIÁS, 2012b, art. 52). Ao término das provas, a comissão fazia a apreciação sobre o grau de merecimento de cada aluno, manifestando o seu juízo por meio de notas lançadas às margens das provas, rubricadas por cada um. (GOIÁS, 2012b, art. 53). As notas eram as seguintes: “[...] nulla, má, soffrível, regular, bom, optima.” (GOIÁS, 2012b, parágrafo único, art. 53). Primeiro fazia-se a prova escrita, depois a oral; em sequência, a comissão manifestava sua apreciação e rubricava as provas. (GOIÁS, 2012b, art. 54). Conforme as notas obtidas o aluno era reprovado ou aprovado e, para este último caso, os conceitos eram: simplesmente, plenamente e com distinção. (GOIÁS, 2012b, art. 55).

As notas de que trata o Art. 55 eram dadas da seguinte maneira: “a) reprovado—quando o aluno obtiver maioria de notas – más ou nullas; b) simplesmente – quando obtiver maioria das notas – soffríveis ou regulares; c) plenamente – quando não houver notas – soffríveis, más ou nullas; d) com distinção – se todas as notas forem optimas”. (GOIÁS, 2012b, art. 56).

Embora o Regulamento de instrução de 1900 estabelecesse que as notas dos exames fossem expressas por conceitos, como “simplesmente”, “plenamente” e “com distinção”, no caso do grupo escolar Dr. Brasil Caiado as notas foram expressas em grau (2, 3, 4, e 5), cuja relação com os conceitos do regulamento era a seguinte: com distinção, grau 5; plenamente, grau 4; simplesmente, graus 3 e 2.

CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após os exames os alunos aprovados recebiam um certificado. (GOIÁS, 2012b). Os aprovados em exame de suficiência recebiam um certificado assinado pela comissão examinadora, isento de selo. (GOIÁS, 2012b, art. 59). Os aprovados no exame final recebiam um diploma de estudos primários assinado pelo Secretário de Instrução. Os diplomas eram expedidos à vista das cópias autênticas das turmas de exames que eram enviadas à Secretaria de Instrução pelos delegados literários ou Intendentes. O diploma dava direito ao aluno a se matricular em qualquer curso secundário. (GOIÁS, 2012b, art. 60).

A Lei n. 631 de 2 de agosto de 1918, em seu Art. 58, estabeleceu que os alunos que terminassem o curso primário nos grupos escolares e nas escolas isoladas receberiam um certificado assinado pelo Secretário do Interior, mediante atestados dos respectivos inspetores escolares. (GOIÁS, 2012a).

A AVALIAÇÃO NO GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO DE 1926 A 1929



O processo de avaliação da aprendizagem nos grupos escolares em Goiás dava-se pelo cômputo das faltas às aulas, análise da disciplina (aqui entendida como comportamento e aplicação) e os exames (de promoção e final) que definiam os aprovados e os reprovados e as notas eram registradas em boletins e nos livros de atas dos exames.

Para analisar o processo de avaliação da aprendizagem no grupo escolar Dr. Brasil Caiado, privilegiamos como fonte as atas dos exames (GRUPO ESCOLAR, 1936), porque estes documentos registraram o número de alunos matriculados por série, os que estavam em condições de serem avaliados, os reprovados e os aprovados, bem como as juntas examinadoras compostas para a realização de cada exame, o que possibilitou a verificação de como a comunidade escolar implementou as práticas avaliativas prescritas nas regulamentações legais.

A lista de alunos aptos à realização dos exames apresentada pelo professor levava em consideração os critérios estabelecidos pelas prescrições regulamentares, de frequência, disciplina e aproveitamento dos conteúdos durante o ano escolar, mas era também uma indicação dos alunos aprovados e reprovados em uma “primeira instância”. Os exames, poderíamos dizer, seriam uma “segunda instância”, onde os alunos seriam reavaliados e aprovados ou reprovados. Vale ressaltar que nem todos os alunos que estavam aptos à realização dos exames compareciam aos mesmos. O nosso entendimento é que era uma opção dos alunos (ou dos pais) comparecerem ou não aos exames, embora estivessem habilitados a realizá-los. Consideramos o não comparecimento destes alunos como uma espécie de “autorreprovação”, já que abdicavam do direito à tentativa de promoção para a série seguinte. Ao que tudo indica o aluno apto que não realizava o exame ficava retido na série em que estava cursando, entretanto, não ficava registrado como reprovado. Talvez o não comparecimento fosse pelo “medo” do fracasso escolar e do estigma de reprovado, já que era alto o índice de reprovação na unidade de ensino.

OS EXAMES NO GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO EM 1926

No ano de 1926, primeiro ano de funcionamento do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado, foram realizados os exames de promoção dos alunos do 1º, 2º e 3º anos. Neste ano, pelos dados encontrados, não devia haver turma de 4º ano, já que não há nenhum registro no livro de Atas de exame de alunos dessa série. Os exames do 1º, 2º e 3º anos foram realizados nos dias 16, 17 e 18 de dezembro de 1926, respectivamente, e não no primeiro dia útil de dezembro como estabelecia a Lei n. 631, de 2 de agosto de 1918. (GOIÁS, 2012a). De acordo com a lei “O anno escolar será de dez mezes, de 15 de Janeiro a 15 de Novembro época do encerramento dos exames e inicio das férias.” (GOIÁS, 2012a, Art. 54).



Ao que tudo indica os exames começavam após o término das aulas, aqui entendidas como período de ensino do conteúdo curricular. No período analisado (1926 a 1929), o grupo escolar Dr. Brasil Caiado cumpriu os dez meses de aula, mas o ano letivo iniciava-se no mês de março e não em janeiro e encerrava-se em dezembro e não novembro conforme a prescrição legal. E os exames ocorreram no período analisado a partir do dia 15 de dezembro.

A comissão examinadora para as três séries foi composta por Oravia Cunha, examinadora e secretária, Laurinda Seixo de Britto, examinadora e por Alarico Torres Verano, diretor, como presidente.

O quadro II mostra o número de alunos matriculados por ano escolar, bem como os que estavam em condições de serem examinados, os sem condições de serem examinados e o número de alunos aprovados e reprovados e o número de alunos em condições de serem examinados, mas, que não compareceram para a realização do exame no ano de 1926, nas três séries.

Quadro 2 – número de alunos matriculados, em condições e sem condições de prestarem exames, aprovados, reprovados e que não compareceram ao exame no ano de 1926

Situação	1º ano		2º ano		3º ano		Total	
Alunos matriculados	102	57%	50	28%	26	15%	178	100%
Alunos em condições de prestar o exame	77	75%	44	88%	21	81%	142	80%
Alunos sem condições de prestar o exame	25	25%	6	12%	5	19%	36	20%
Alunos reprovados nos exames	14	18%	19	43%	3	14%	36	25%
Alunos aprovados nos exames	18	23%	13	30%	11	53%	42	30%
Alunos que não compareceram para o exame	45	59%	12	27%	7	33%	64	45%

Fonte: Grupo Escolar, 1926-1936.

Analisando o quadro II, do ponto de vista geral da escola (das três séries), é significativo que 80% dos alunos estivessem aptos a realizar os exames, o que significa que a maior parte dos alunos teve a frequência, a disciplina e o aproveitamento dos conteúdos exigidos. Mas é também relevante que 20% dos educandos já estivessem reprovados em uma “primeira instância”, e que na “segunda instância” 45% dos alunos aptos tenham deixado de fazer os exames e, ainda, que apenas 30% desses alunos habilitados foram aprovados nos exames. Se tomarmos por base o número total de alunos matriculados, que é de 178 (cento e setenta e oito), o percentual de aprovação cai para 24%, inflando o índice global dos reprovados, que vai para 76% (considerando os sem condições, os ausentes e os reprovados nos exames). Mas, se considerarmos apenas os 78 alunos que realmente compareceram aos exames, teremos percentuais de 54% de aprovados e de 46% de reprovados, o que melhora um pouco os índices, embora os resultados como um todo continuem evidenciando problemas sobre a eficácia do sistema educacional ou um processo avaliativo muito exigente.



A análise por série demonstrou que o 1º ano foi o que teve o índice mais baixo de alunos em condições de realizarem os exames (75%), de alunos aprovados (23%) e o índice mais alto dos alunos sem condições de prestarem o exame (25%), bem como o dos alunos que não compareceram para realizar os exames (59%). O 2º ano teve o índice mais alto dos alunos em condições de prestarem os exames (88%) e de reprovados (43%) e o 3º ano o índice mais alto de aprovação (53%).

Quadro 3 – Grau de aprovação dos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado no ano de 1926

1º ano	G.	2º ano	G.	3º ano	G.
Joao de Faria	5	Luiza de Sousa	3	Faraildes Baptista	5
Enedino Telles	4	Genesio Crispim	2	José Poty Verano	2
Floriana Telles	4	Adalgisa Baptista	3	Constantino Isaac	3
Herondina Baptista	2	Clodoveu Mattos	4	Alderico Borges	4
Jandyra Diogo	3	Mari(iegive)l)a Ribeiro	4	Graciano Caetano	3
Iracema Ribeiro	3	Maria Caiado	5	Frankilin Verano	4
Maria Xavier	4	Benedicto Baptista	5	Cecilia Magalhaes	4
Jovianna de Mattos	4	Maria Jorge	3	Olivia Magalhaes	5
Marianna de Barros	5	Jamilla Jorge	3	José Geraldo da Silva	3
Gentil Dutra	2	Dimas Ribeiro	5	Antonio Isaac	2
Isabel Vidal	2	Jadi Antonio	5	Sebastiana Nunes	3
José Jorge	4	Gentil Ramos	5		
Inacio Fleury	4	Victor Machiavello	2		
Esther Campos	5				
Silvia Rodrigues	4				
Seconda Rodrigues	5				
Maria Gomes	4				
Angela Pimentel	4				

Fonte: Grupo Escolar, 1926-1936.

Os dados do quadro III revelam, em relação ao 1º ano, que 22% dos alunos obtiveram grau 5, 50% grau 4, 11% grau 3, e 17% grau 2. No 2º ano a porcentagem foi a seguinte: 38% grau 5, 16% grau 4, 30% grau 3 e 16% grau 2. Entre os alunos do 3º ano o índice foi de: 18% grau 5, 27% grau 4, 37% grau 3, 18% grau 2. Assim, os alunos do 1º ano tiveram o maior índice no grau 4, os do 2º ano no grau 5 e os do 3º ano nos graus 3 e 2. E de uma forma global, dos alunos do grupo escolar aprovados nos exames, 26% conseguiram grau 5, 33% grau 4, 24% grau 3 e 17% o grau 2, mostrando a concentração da aprovação nos graus intermediários. Percebe-se, por essa projeção, que os graus intermediários foram predominantes no processo de avaliação do ano de 1926.

OS EXAMES NO GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO EM 1927



Os exames do 1º e 2º anos foram realizados no dia 17 de dezembro, os do 3º ano no dia 19 e os do 4º ano nos dias 19 e 20 de dezembro de 1927. A comissão examinadora do 1º e 2º anos foi composta por Diva Silva e Laurinda S. Britto, examinadoras e Alarico Torres Verano, diretor e examinador. A comissão do 3º ano foi composta por Alarico Torres Verano, diretor, Diva Silva e Elfrieda Burger, examinadoras. E a comissão examinadora do exame final do 4º ano foi composta pelo presidente, Alarico Torres Verano, Diva Silva, examinadora, Jovelino de Campos, inspetor e Elfrieda Burger, secretária, examinadora e professora da cadeira.

O quadro IV mostra o número de alunos matriculados por ano escolar, bem como os que estavam em condições de serem examinados, os sem condições de serem examinados, os alunos aprovados e reprovados e os alunos em condições de serem examinados mas que não compareceram ao exame no ano de 1927, nas três séries. Os dados referentes aos alunos do quarto ano serão indicados posteriormente, à parte.

Quadro 4 – Número de alunos matriculados, em condições e sem condições de prestarem exames, aprovados, reprovados e que não compareceram exame no ano de 1927.

Situação	1º ano		2º ano		3º ano		Total	
Alunos matriculados	113	59%	53	28%	26	13%	192	100%
Alunos em condições de prestar o exame	48	42%	42	79%	19	73%	109	57%
Alunos sem condições de prestar o exame	65	58%	11	21%	7	27%	83	43%
Alunos reprovados nos exames	13	27%	16	38%	----	----	----	---
Alunos aprovados nos exames	17	35%	16	38%	9	47%	42	39%
Alunos que não compareceram para o exame	18	38%	10	24%	----	----	----	---

Fonte: Grupo Escolar, 1926-1936.

Analisando o quadro IV, do ponto de vista geral da escola (das três séries), verificou-se que neste ano caiu o número de alunos aptos a realizarem os exames (57%) mas o índice de aprovação (39%) foi um pouco superior ao do ano de 1926. Por outro lado, foi alto o índice de alunos sem condições de prestarem os exames (43%).

A análise por série revelou que o 1º ano foi o que teve o índice mais baixo de alunos em condições de realizarem os exames (42%), de alunos aprovados (35%) e o mais alto dos alunos sem condições de prestarem o exame (58%). O 2º ano obteve o maior índice dos alunos em condições de prestarem os exames (79%) e o 3º ano o índice mais alto de aprovação (47%).

Esses indicadores, bem como os do ano anterior, parecem sinalizar um maior índice de retenção nos primeiros anos. Por outro lado, a obtenção de resultados melhores nos anos finais do curso primário poderia indicar que os alunos remanescentes iriam se adaptando ao processo de avaliação escolar e obtendo resultados mais significativos. Ou, ainda, pode



significar que o “filtro” utilizado nos primeiros anos deixava que ascendessem apenas os melhores alunos, dando poucas chances aos demais.

Quadro 5 – Grau de aprovação dos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado no ano de 1927

1º ano	G.	2º ano	G.	3º ano	G.
Jamil José Siad	5	Nabi Siad	5	Antônio Gonçalves	5
Umberto Crispim	4	José Jayme	5	Adelia Abrahão	5
Raul da Silva	4	José Brasil Ferreira	4	Francisca Miguel	5
Sebastião Elias	4	Geraldo Teixeira	4	Anna Jorge	4
Armante de Faria	4	Otoni Verano	4	Uade Antonio	4
Joao Gonlaves Ribeiro	4	Jose Crispim	4	Jorge Antônio	4
Paulina de Souza	4	Sisenando Jayme	4	Adalgisa Baptista	4
Azioló Rocha	4	Oswaldo Vento	3	Maria Caiado	4
Maria Bella Mirelles	4	Pedro Lopes	3	Victor Machiavelli	3
Mathilde Siva,	4	Alyrio de Carvalho	3		
Griselides Baptista	4	Geraldo Campos	3		
Grabiél Antonio	4	Joao de Faria	2		
Josina de Mello	4	Galileu Dutra	2		
Angelo Machiavelli	3	Joao da Cruz	2		
Siad José Siad	3	Lydia Campos	2		
Amelia Abrahão	3	Leontina Rodrigues	2		
Amelia de Azevedo	3				

Fonte: Grupo Escolar, 1926-1936.

Os dados do quadro V revelam, em relação ao 1º ano, que 6% dos alunos obtiveram grau 5, 70% grau 4, e 24% grau 3. No 2º ano a porcentagem foi a seguinte: 13% grau 5, 31% grau 4, 25% grau 3 e 31% grau 2. Entre os alunos do 3º ano o índice foi de: 33% grau 5, 56% grau 4, e 11% grau 3. Assim, os alunos dos três anos tiveram o grau 4 como o maior índice de aprovação. E de uma forma global, dos alunos do grupo escolar aprovados nos exames, 14% conseguiram grau 5, 52% grau 4, 22% grau 3 e 12% o grau 2. Neste ano vemos uma concentração ainda maior nos graus intermediários, com destaque para o grau 4, que excede os 50%.

Sobre o exame final realizado pelos alunos do 4º ano³, verificou-se que 6 alunos se apresentaram para fazê-lo. Iniciou-se com as provas escritas no dia 19 de dezembro e no dia 20 foram realizadas as provas orais. Cada aluno tirou da urna um dos pontos e foi arguido por no máximo quinze minutos. Ao término da prova oral, a comissão examinadora procedeu ao julgamento e todos os alunos foram aprovados com distinção, a saber: Olivia Pereira de Magalhães, Faraildes Baptista, Sebastiana Xavier Nunes, Franklin Torres Verano⁴, Alderico Borges de Carvalho e Constantino Isaac.



Aos alunos que concluíram o curso, o diretor mandou expedir o certificado de aprovação, de acordo com o regulamento vigente. Uma cópia da ata foi autenticada e enviada ao Secretário do Interior.

O Inspetor de ensino, o Sr. Jovelino Campos assistiu a todos os exames e determinou que ficasse registrado em ata um voto de louvor ao corpo docente do Grupo Escolar pelo excelente resultado verificado nos exames de todas as séries do curso, nos quais revelaram os alunos grande aproveitamento.

OS EXAMES NO GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO EM 1928

Os exames do 1º e 2º anos foram realizados no dia 17 de dezembro, os do 3º ano no dia 18 de dezembro e os do 4º ano no dia 19 de dezembro de 1928. A comissão examinadora do 1º ano foi composta por Alarico Torres Verano, diretor e examinador, Olivia Ribeiro Silva, professora da cadeira e Laurinda S. de Moura, examinadora e secretária. A do 2º ano foi composta por Laurinda S. de Moura, professora da classe e secretária, Olivia Ribeiro Silva, examinadora e Alarico Torres Verano, diretor e examinador. A do 3º ano foi composta por Diva Silva, professora e secretária e Laurinda S. de Moura, examinadora. De acordo com a Ata apenas as duas professoras fizeram parte da banca examinadora. E a comissão examinadora do exame final do 4º ano foi composta por Alarico Torres Verano, presidente e professor da cadeira, Diva Silva, examinadora e secretária e Jovelino Campos, inspetor. Diferentemente do ano anterior, a comissão foi composta por apenas três membros.

O quadro VI mostra o número de alunos matriculados por ano escolar, bem como os que estavam em condições de serem examinados, os sem condições de serem examinados e os aprovados e reprovados no ano de 1928, nas três séries. Os dados referentes aos alunos do quarto ano serão indicados mais à frente.

Quadro 6 – Número de alunos matriculados, em condições e sem condições de prestarem exames, aprovados, reprovados e que não compareceram para a realização do exame no ano de 1928.

Situação	1º ano		2º ano		3º ano		Total	
Alunos matriculados	60	51%	36	31%	21	18%	117	100%
Alunos em condições de prestar o exame	32	53%	15	42%	9	43%	56	48%
Alunos sem condições de prestar o exame	28	47%	21	58%	12	57%	61	52%
Alunos reprovados nos exames	18	56%	6	40%	2	22%	26	46%
Alunos aprovados nos exames	14	44%	9	60%	7	78%	30	54%

Fonte: Grupo Escolar, 1926-1936.

Analisando o quadro VI, do ponto de vista geral da escola (das três séries), foi baixo o índice de alunos aptos a realizarem os exames (48%) e alto o de alunos sem condições de



realizarem os exames (52%). Neste ano todos os alunos habilitados para os exames compareceram, sendo 54% aprovados e 46% reprovados.

A análise por série demonstrou que o 1º ano foi o que teve o índice mais alto de alunos em condições de realizarem os exames (53%), bem como o maior número de reprovados (56%) e o mais baixo de aprovados (44%). O 2º ano teve o índice mais baixo dos alunos em condições de prestarem os exames (42%) e o mais alto dos alunos sem condições de prestarem os exames (58%). Já o 3º ano teve o índice mais alto de aprovação (78%) e o mais baixo de reprovação (22%), confirmando o que observamos nos anos anteriores, com relação ao maior índice de aproveitamento nos anos finais do ensino primário.

Quadro 7 – Grau de aprovação dos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado no ano de 1928

1º ano*	G.	2º ano*	G.	3º ano	G.
Joao Campos	5	Amelia Cardoso	5	Lourde Mello	5
José Gomes	4	Maria de Souza	4	Luzia Silva	5
Ulysses Vento	4	Maria Gomes	4	Nabi Siade	5
Euzébio Alves	4	Josina deMello	4	Oswaldo Vento	5
Magdala Lucas de Mello	4	Jamil Siade	4	Orahy Borges	4
Olympia Barbosa de Mello	4	Jose Antônio Henedino Telles	3	Jose Crispim	4
Pedro Affonso de Souza	3	Armante Faria	2	Pedro Lopes	3
Benedicto Bueno da Fonseca	3	Grabiél Antonio	2		
Arnaldo Vento	3				
Izabel Pereira da Silva	3				
Arlindo Foch Fleury	2				
Salima Jose Siad	2				
Jupyra Pereira Dutra	2				
* Embora na ata esteja escrito que foram 14 alunos aprovados no exame do 1º ano de 1928, há apenas 13 alunos relacionados. E no segundo ano, apenas oito alunos estão relacionados na ata, embora tenha sido anunciada a aprovação de nove.					

Fonte: Grupo Escolar, 1926-1936.

Os dados do quadro VII revelam, em relação ao 1º ano, que 8% dos alunos obtiveram grau 5, 38% grau 4, 31% grau 3, e 23% grau 2. No 2º ano a porcentagem foi a seguinte: 12,5% grau 5, 50% grau 4, 12,5% grau 3 e 25% grau 2. Entre os alunos do 3º ano o índice foi de: 57% grau 5, 29% grau 4, e 14% grau 3. Assim, os alunos do 1º e do 2º anos tiveram o maior índice no grau 4, enquanto os do 3º ano destacaram-se no grau 5. E, de uma forma global, dos alunos do grupo escolar aprovados nos exames, 21% conseguiram grau 5, 40% grau 4, 21% grau 3 e 18% o grau 2.

No dia 19 de dezembro de 1928, conforme o registro do Livro de Atas, compareceram para o exame final do 4º ano dois alunos. Iniciou-se com as provas escritas e no mesmo dia aconteceram as provas orais, com cada aluno tirando um ponto da urna e sendo arguido durante no máximo 15 minutos. Após as provas orais, a comissão procedeu

ao julgamento e os alunos Antonio Gonçalves Lopes e Maria Caiado Fleury foram aprovados com distinção, ou seja, grau 5.

Aos alunos concluintes o diretor mandou expedir o certificado de aprovação e uma cópia autenticada da ata foi enviada ao Secretário do Interior. O inspetor literário, Sr. Jovelino Campos, mandou que se registrasse em ata um voto de aplausos à diretoria e demais professores do estabelecimento, pelo ótimo aproveitamento dos alunos em todas as classes.

OS EXAMES NO GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO EM 1929

Os exames do 1º e 2º ano foram realizados no dia 16 de dezembro, os do 3º ano no dia 17 de dezembro e os do 4º ano no dia 18 dezembro de 1929. A comissão examinadora do 1º ano foi composta por Alarico Torres Verano, diretor e examinador, Diva Silva, examinadora e secretária e Leonor Abreu, professora da cadeira e examinadora. A do 2º ano foi composta por Alarico Torres Verano, professor da cadeira, Diva Silva, examinadora e secretária e Leonor Abreu, examinadora. A do 3º ano foi composta Alarico Torres Verano, diretor e examinador, Diva Silva, professora da classe e examinadora e Belisaria Corrêa, examinadora. E a do exame final do 4º ano foi composta pelo presidente Alarico Torres Verano, Diva Silva, examinadora e Belisaria Corrêa, secretária, examinadora e professora da classe.

O quadro VIII mostra o número de alunos matriculados por ano escolar, os considerados em condições de serem examinados, os sem condições de serem examinados e os aprovados e reprovados no ano de 1929, nas três séries. Como nos anos anteriores, os dados relacionados aos alunos do quarto ano serão discriminados ao final.

Quadro 8 – Número de alunos matriculados, em condições e sem condições de prestarem exames, aprovados, reprovados e que não compareceram para a realização do exame no ano de 1929

Situação	1º ano		2º ano		3º ano		Total	
Alunos matriculados	72	58%	29	23%	23	19%	124	100%
Alunos em condições de prestar o exame	60	83%	28	97%	22	96%	110	89%
Alunos sem condições de prestar o exame	12	17%	1	3%	1	4%	14	11%
Alunos reprovados nos exames	16	27%	9	32%	4	18%	29	27%
Alunos aprovados nos exames	16	27%	17	61%	12	55%	45	40%
Alunos que não compareceram para o exame	28	46%	2	7%	6	27%	36	33%

Fonte: Grupo Escolar, 1926-1936.



Analisando o quadro VIII, do ponto de vista geral da escola (das três séries), é significativo que 89% dos alunos estavam aptos a realizarem os exames, o que significa que a maior parte dos alunos teve bom proveito dos conteúdos, disciplina e frequência exigidos, e que apenas 11% não estavam habilitados para os exames. Contudo, merece destaque também que 33% dos alunos aptos não tenham comparecido para a realização dos exames e que o índice de aprovados tenha sido de apenas 40%.

A análise por série demonstrou que o 1º ano foi o que teve o índice mais baixo de alunos em condições de realizarem os exames (83%) e de alunos aprovados (27%) e o índice mais alto dos alunos sem condições de prestarem o exame (17%), bem como o dos alunos que não compareceram para realizar os exames (46%). O 2º ano teve o índice mais alto dos alunos em condições de prestarem os exames (97%) e de reprovados (32%) e de aprovados (61%). O 3º ano teve o menor índice de reprovações e destacou-se também entre os aprovados e os que tinham condições para prestar os exames.

Quadro 9 – Grau de aprovação dos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado no ano de 1929

1º ano	G.	2º ano	G.	3º ano	G.
Jamil Antonio	5	Absalão Gonçalves Loppes	5	José Jayme	5
Ary Almeida	5	Helena G. Lopes	4	Olyveiro Ruy Borges	5
Jamila Isaac	5	Candido Sousa Noleto	4	Amelia Cardoso	4
José Crispim Ramos	5	Jeorge Antonio	4	José Ferreira	4
Anna Abbadia Crispim,	4	Maria Sousa	4	João Isaac	4
Benedicta Costa	4	Theotonio Sousa	4	Maria de Sousa	4
Celia Jayme	4	Maria Lourdes Abreu	4	Otoni Verano	4
Jarbas Jayme	4	Amelia Azevedo	3	Sisenando Jayme	4
Ada Pereira	4	Armante Faria	3	Julas de Pina	4
Antonio de Pina	3	Gilberto Baptista	2	Julia de Pina	4
Ilda de Sousa Noleto	3	Floriania Telles Santos	2	Lydia Campos	2
Annapolino Faria	3	Griselides Baptista	2	João de Faria	2
Ione Almeida	3	Milton de Pina	2		
Walter Rodrigues	3	Mathilde Silva	2		
Avany Xavier Nunes	3	Theresa de Sousa Noleto	2		
José de Sant'Anna Ramos	3	Umberto Crispim	2		
		Paulina de Souza	2		

Fonte: Grupo Escolar, 1926-1936.

Os dados do quadro IX revelam em relação ao 1º ano, que 25% dos alunos obtiveram grau 5, 31% grau 4, e 44% grau 3. No 2º ano a porcentagem foi a seguinte: 6% grau 5, 35% grau 4, 12% grau 3 e 47% grau 2. Entre os alunos do 3º ano o índice foi de: 17% grau 5, 66% grau 4, e 17% grau 2. Assim, os alunos do 1º ano tiveram o maior índice no grau 3, os do 2º ano no grau 2 e os do 3º ano no grau 4. E de uma forma global, dos alunos do grupo escolar aprovados nos exames, 16% conseguiram grau 5, 42% grau 4, 20% grau 3 e 22% o grau 2.



No ano de 1929 estiveram presentes para a realização do exame final do 4º ano 13 (treze) alunos. As provas escritas foram realizadas no dia 18 e a as provas orais no dia 19. Cada aluno tirava da urna um ponto à medida que iam sendo chamados e cada um era arguido por no máximo 15 minutos.

Após a realização dos exames a comissão examinadora procedeu ao julgamento verificando o seguinte resultado: aprovados com distinção, grau 5, os alunos Arahy Borges de Almeida e Maria de Lourde Mello; aprovados plenamente, grau 4, os alunos Adelia Abrahão, Adalgisa Baptista, Carlos Magalhães, Francisca Miguel, Pedro Gonçalves Lopes, José Crispim e Oswaldo Vento; aprovados plenamente, grau 3, os alunos Luzia Silva e José Poty Verano; aprovados simplesmente, grau 2, os alunos Waldeberto Baptista e Nabi José Siad.

Aos alunos que concluíram o curso o diretor mandou que se expedisse o certificado de aprovação, de acordo com o regulamento vigente. Em seguida declarou encerrados os trabalhos e mandou lavrar a ata, que foi assinada pela comissão examinadora, e que fosse feita uma cópia autenticada para ser enviada ao Secretário do Interior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da organização e análise da documentação trabalhada, diversos elementos merecem destaque como contributo para a reflexão em torno dos processos de avaliação escolares nos grupos escolares da Primeira República e para a continuidade do debate sobre o processo de organização da instrução pública e as diferentes formas que os mesmos foram tomando nos diferentes estados do país nesse período.

No caso em foco, embora a legislação educacional fosse a mesma para o Estado de Goiás, verificamos que a direção do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado criou formas singulares de implementar as prescrições regulamentares no que se refere à avaliação da aprendizagem e, especialmente, na forma como compôs as juntas examinadoras para os exames de promoção e final, e também com relação ao período letivo, conforme foi descrito ao longo do texto.

No que se refere aos resultados finais do processo de avaliação da aprendizagem no período entre 1926 e 1929, verificamos que foram matriculados no grupo escolar 611 (seiscentos e onze) alunos e, destes, 417 (quatrocentos e dezessete), ou 68%, foram considerados aptos a prestarem os exames, um número relativamente baixo e 194 (cento e noventa e quatro), 32%, foram classificados como sem condições de prestarem os exames. O total de aprovados foi de 159 (cento e cinquenta e nove), ou 26%, o que significa uma taxa de aprovação muito baixa e, conseqüentemente, um alto índice de retenção ou reprovação. Desta forma, podemos considerar que os indicadores de fracasso escolar se sobrepunham aos de sucesso na unidade de ensino. Não dispomos de dados de outras instituições, mas



seria interessante que em pesquisas futuras se pudesse fazer estudos comparativos, em Goiás ou outras unidades da federação, sobre os indicadores de avaliação de aprendizagem nos grupos escolares no início do século XX.

Os dados dos quadros II, IV, VI e VIII nos permitem identificar que o maior índice de retenção ocorreu nos 1º e 2º anos, diminuindo nos 3º e 4º anos. Essa situação pode sinalizar que o “filtro” aplicado nos primeiros anos foi eficaz, no sentido de excluir os alunos menos qualificados ou, talvez, que os alunos remanescentes foram se adaptando ao processo escolar ou, mais especificamente, ao avaliativo. No entanto, causa um certo estranhamento, para o qual a documentação não fornece pistas justificadoras, que todos os alunos que compareceram ao exame final do 4º ano nos anos de 1927 a 1929 tenham sido aprovados.

Os dados desses mesmos quadros nos possibilitam, ainda, fazer observações relacionadas ao sexo dos alunos. Dos estudantes aprovados no período de 1926 a 1929, no 1º ano 48% eram do sexo masculino e 52% do feminino; no 2º ano, 58% do masculino e 42% do feminino; e no 3º ano, 62% do masculino e 38% do feminino. Apenas no 1º ano o número de mulheres aprovadas foi maior. Tomando como base o número de alunos aprovados no período de 1926 a 1929, do 1º ao 3º ano, 55% foram do sexo masculino e 45% do feminino.

Em relação ao grau de aprovação, a partir dos dados dos quadros III, V, VII e IX, podemos notar que 42% dos alunos tiveram grau 4, 22% grau 3, 19% grau 5 e 17% grau 2. Os dados demonstram que era baixo o número de alunos aprovados com distinção, a maioria sendo aprovada plenamente e em nível intermediário aprovado simplesmente. Na análise agregada dos 3 primeiros anos escolares, de 1926 a 1929, observamos que 57% dos meninos e 43% das meninas tiveram grau 5; 52% dos meninos e 48% das meninas tiveram grau 4; 59% dos meninos e 41% das meninas tiveram grau 3; e 59% dos meninos e 41% das meninas tiveram grau 2. Diante de tais resultados, pode-se inferir que era alto o nível de exigência da junta examinadora, ou que o ensino não atingia os padrões necessários para maior destaque dos alunos nos exames de promoção. No entanto, para se avançar nessas considerações, como dito acima, seriam necessários dados de outras instituições para comparação no período de análise. Como não há registros referentes à preocupação com o alto índice de reprovação/baixo índice de aprovação, podemos supor que o objetivo da avaliação estava mais voltado para verificar, medir os conhecimentos adquiridos pelos alunos.

Outro aspecto que chama a atenção é o fato de muitos alunos não comparecerem aos exames de promoção, assumindo uma espécie de “autorreprovação”. Os dados referentes ao número de alunos que compareciam ao exame final do 4º ano, apesar da ausência de documentação que indicasse o número total de habilitados, nos permitem supor que também aí haveria um índice alto de absentéismo. Tal fato nos leva a pensar que nem todos os alunos em condições de prestar os exames tivessem interesse em obter o diploma do curso primário, fosse para cursar o ensino secundário ou por algum outro motivo. De qualquer forma, alguns



sobrenomes dos alunos aprovados estavam relacionados a famílias tradicionais da cidade de Anápolis à época, o que pode denotar que seus pais teriam condições econômicas de os enviarem para a continuidade dos estudos na capital do estado ou para outras unidades da federação. Deve-se observar, também, que a primeira escola normal de Anápolis foi criada em 1925 e o primeiro ginásio (particular) em 1941.

Os resultados alcançados não permitem avaliar de forma precisa o impacto dos grupos escolares em Goiás, mas possibilitam compreender melhor como se dava o processo de avaliação da aprendizagem, tanto em sua forma como nos resultados. Com isso, pode-se ampliar o espectro de interpretações em torno dessas instituições no território brasileiro e avançar para propostas posteriores de aprofundamento e de análises comparadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. E. A. de. A criação e a denominação do Grupo Escolar Antensina Santana. In: ENCONTRO ESTADUAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 5., 2013, Goiânia. **Anais...** Goiânia: EDIPE, UFG, 2013. p. 1-12.

GOIÁS (estado). Lei n. 631, de 2 de agosto de 1918. Organiza o ensino primário em Goiás. In: BARRA, V. M. L. da. (Org.). **Documentos da história da educação em Goiás**, 2012a. DVD.

GOIÁS (estado). Regulamento da instrução primaria de 1900. In: BARRA, V. M. L. da. (Org.). **Documentos da história da educação em Goiás**, 2012b. DVD.

GONÇALVES, A. M. A ordenação do ensino público goiano (1889 – 1930). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2006, Goiânia, **Anais...** Goiânia: UCG, 2006. CD-ROM.

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Dias letivos por mês nos anos de 1926 a 1929**. 1926-1931. 1 quadro.

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Grau de aprovação dos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado no ano de 1926**. 1926-1936. 1 quadro.

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Grau de aprovação dos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado no ano de 1927**. 1926-1936. 1 quadro.

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Grau de aprovação dos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado no ano de 1928**. 1926-1936. 1 quadro.

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Grau de aprovação dos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado no ano de 1929**. 1926-1936. 1 quadro.

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Livro de Atas de 1926 a 1936**. Arquivo do Colégio Estadual Antensina Santana, Anápolis-GO. 1936.



GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Livro de Frequência dos Professores de 1926 a 1931.** Arquivo do Colégio Estadual Antensina Santana, Anápolis-GO. 1931.

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Número de alunos matriculados, em condições e sem condições de prestarem exames, aprovados, reprovados e que não compareceram ao exame no ano de 1926.** 1926-1936. 1 quadro.

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Número de alunos matriculados, em condições e sem condições de prestarem exames, aprovados, reprovados e que não compareceram ao exame no ano de 1927.** 1926-1936. 1 quadro.

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Número de alunos matriculados, em condições e sem condições de prestarem exames, aprovados, reprovados e que não compareceram para a realização do exame no ano de 1928.** 1926-1936. 1 quadro.

GRUPO ESCOLAR DR. BRASIL CAIADO. **Número de alunos matriculados, em condições e sem condições de prestarem exames, aprovados, reprovados e que não compareceram para a realização do exame no ano de 1929.** 1926-1936. 1 quadro.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890 – 1910).** São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

VIÑAO FRAGO, A. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade & Educação**, Rio de Janeiro, ano 5, n.7, p. 9-33, 1. sem, 2000.

Notas

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica). Coordenadora da Rede Goiana de Pesquisa do Ensino Fundamental da FAPEG. E-mail: sandraaaa@yahoo.com.br.

² Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq e do Programa Pesquisador Mineiro da FAPEMIG. E-mail: wenceslau@ufu.br.

³ O livro de Atas (1926-1936) só traz o número de alunos do 4º ano que compareceram ao exame final nos anos de 1927, 1928 e 1929. Assim, não é possível identificar quantos alunos cursaram o 4º ano, nem quantos foram indicados para os exames ou se alguém desistiu de comparecer aos exames.

⁴ Não foi possível saber o grau de parentesco do referido aluno com o Diretor do grupo escolar, uma vez que eles têm o mesmo sobrenome. No entanto, não havia na legislação em vigor explicitado qualquer impedimento de um parente fazer parte da banca examinadora.

Submetido em: 03/02/2018

Aprovado em: 24/03/2018

Publicado em: 27/03/2018